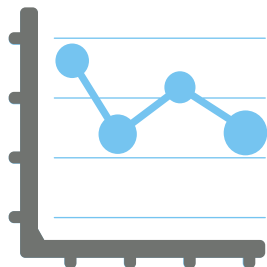


ECONOMIA DO PAÍS

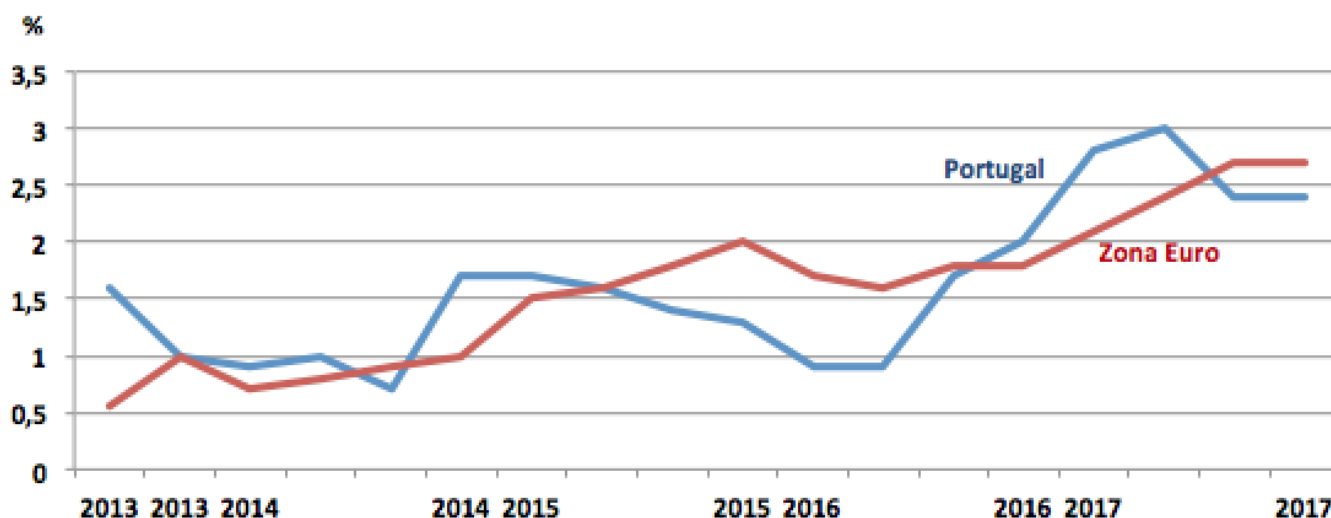
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



PRODUTO INTERNO BRUTO

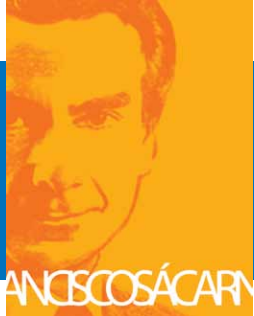
VARIAÇÕES TRIMESTRAIS HOMÓLOGAS



Fonte: Banco de Portugal

Mediante reformas introduzidas na economia portuguesa, entre 2011 e 2015, nomeadamente quanto à competitividade das empresas, foi possível estimular o investimento e as exportações, o que permitiu a Portugal registar taxas de crescimento económico superiores à média da Zona Euro. Uma elevada taxa de crescimento económico é a única forma de assegurar um aumento sustentado do nível de vida dos portugueses. Contudo, desde o final de 2015, Portugal perdeu oito posições no índice de competitividade do World Economic Forum e registou, até ao 4º trimestre de 2016, uma quebra significativa no investimento e na taxa de crescimento das exportações, o que se traduziu numa taxa de crescimento inferior à média da Zona Euro. Embora desde o final de 2016 e o 2º trimestre de 2017, o bom desempenho do investimento e do turismo tenham permitido um maior crescimento económico, a partir do 3º trimestre de 2017 Portugal passou novamente a divergir da média dos países da Zona Euro.

Esta redução do crescimento económico em Portugal explica-se, em boa medida, no aumento de dificuldades que se têm criado á actividade das empresas desde o início de 2016, nomeadamente no aumento do IRC, no aumento da carga fiscal ou no aumento da rigidez da legislação laboral. O crescimento económico apenas será sólido quando se basear, também, no aumento da produção industrial, o que não se verifica em Portugal desde 2002.



ECONOMIA DO PAÍS

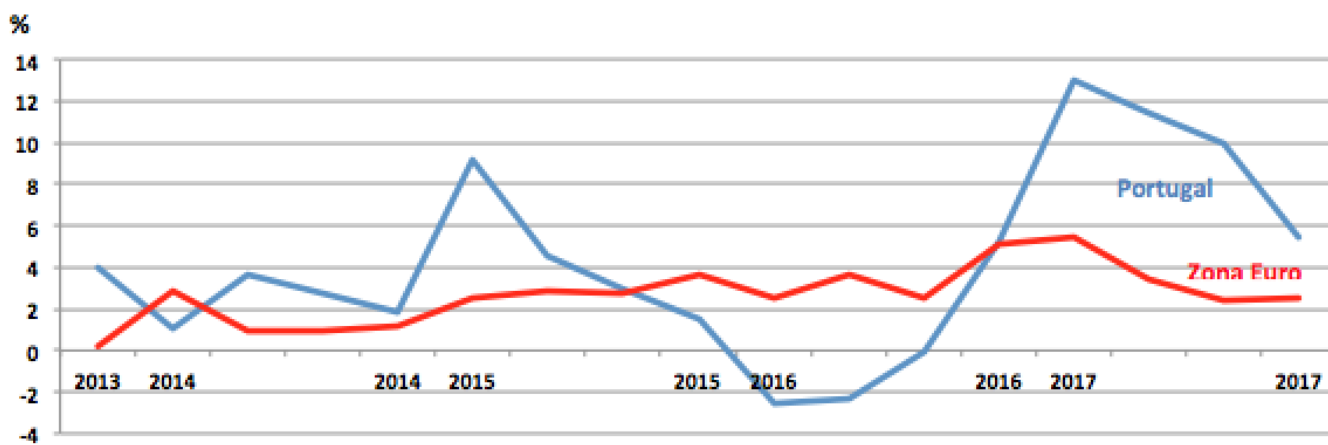
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



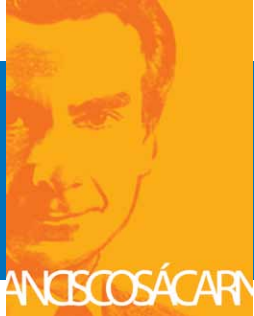
INVESTIMENTO

VARIAÇÕES TRIMESTRAIS HOMÓLOGAS



Fonte: Eurostat

Entre 2013 e o 3º trimestre de 2015, o Investimento em Portugal superou o existente na Zona Euro, devido não só às perspectivas de crescimento económico, mas também devido às melhores condições de competitividade atribuídas às empresas, nomeadamente nos domínios da fiscalidade e da legislação laboral. Desde o final de 2015, muitas dessas condições de competitividade foram revertidas, o que a par das menores perspectivas de crescimento económico, levaram muitas empresas portuguesas a desacelerarem o seu investimento, que passou a crescer, em 2016, a níveis inferiores aos verificados entre 2013 e 2015. Desde o primeiro semestre de 2013 que não se verificava também um crescimento negativo do investimento, como se verificou em 2016. Esta situação alterou-se em 2017, em boa medida devido ao investimento associado ao turismo e devido aos níveis muito baixos de investimento associados ao ano de 2016. O Investimento em Portugal não tem contudo estado associado à agricultura ou à indústria, como será necessário para promover um crescimento económico sólido e sustentado. O bom investimento, ou seja, o que promove a competitividade e que aumenta a capacidade exportadora da economia, é contudo essencial, pois determina, a médio e longo prazo, o valor do crescimento económico e o nível de vida dos portugueses.



ECONOMIA DO PAÍS

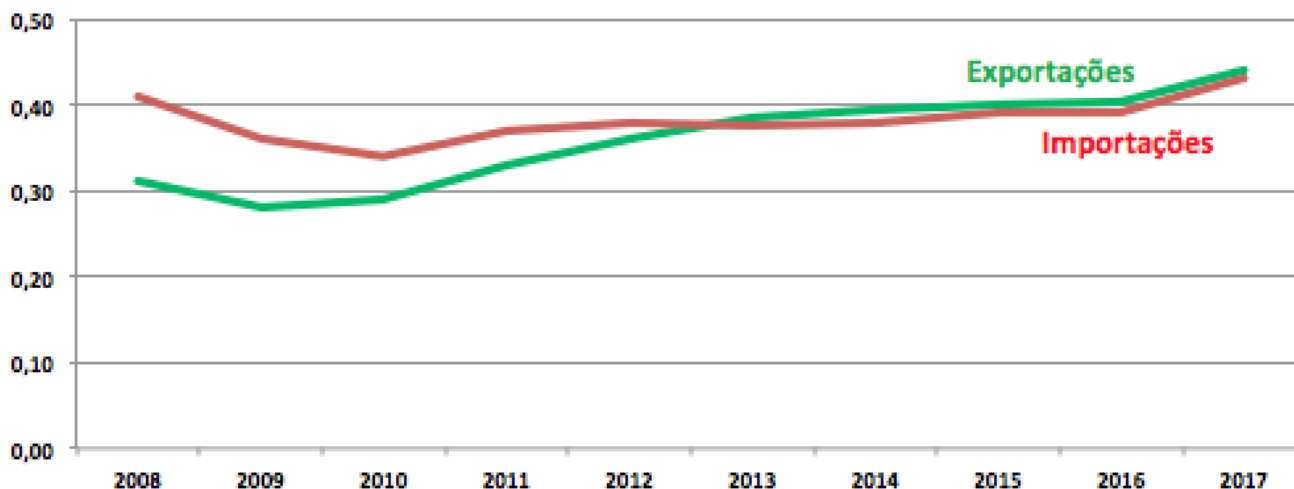
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



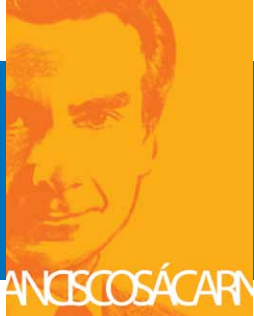
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

EM % DO PIB



Fonte: Banco de Portugal

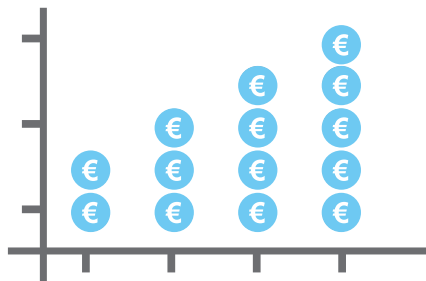
Em resultado de uma política económica errada, as importações de bens e serviços excederam largamente o valor das exportações, entre 1965 e 2013. Esta diferença acentuou-se de 2000 a 2008, onde chegou a atingir 12% do PIB. Contudo, a partir de 2010, as exportações registaram um crescimento notável, tendo ganho quotas de mercado, e crescido de 28% do PIB em 2008, para 44% em 2017. É ainda um percurso incompleto, uma vez que nos países da União Europeia as exportações representam, em média, 55% do PIB, embora cheguem a atingir mais de 85% em países como a República Checa ou a Irlanda. O aumento das exportações foi contudo acompanhado por um aumento das importações, uma vez que o actual Governo tem estimulado o crescimento do consumo, o que, em cerca de 50%, se traduz num aumento de importações. Por esta razão, a balança de bens e serviços tem visto o seu superávit diminuir e poderá tornar-se novamente negativa a partir de 2018. Para evitar esta evolução é essencial adoptar uma política que apoie as empresas exportadoras e que, simultaneamente, promova a poupança interna de forma a reduzir o consumo.



ECONOMIA DO PAÍS

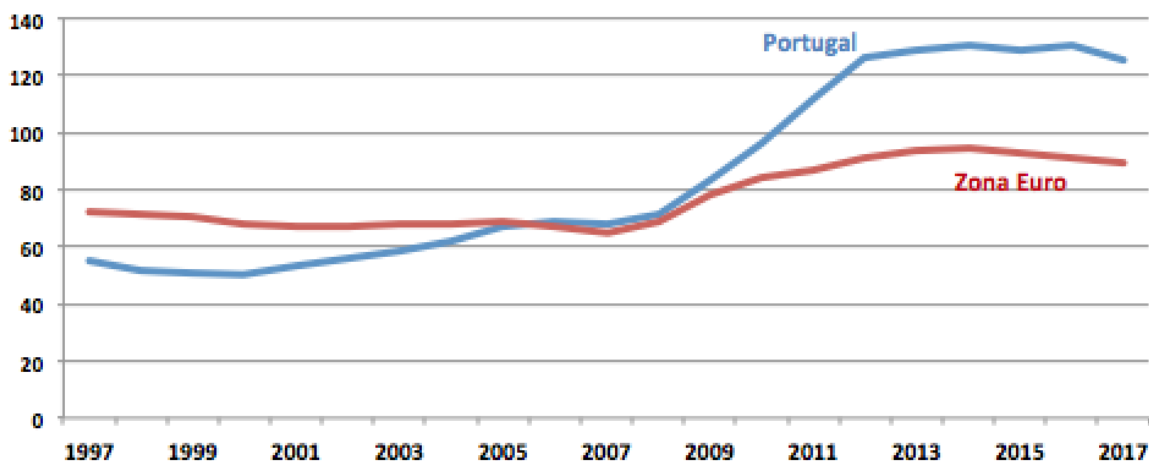
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



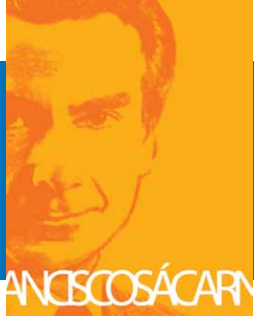
DÍVIDA PÚBLICA

EM % DO PIB



Fonte: Comissão Europeia e BdP

Entre 2006 e 2011, Portugal quase que duplicou a sua dívida pública, sem que esse aumento se tenha traduzido em crescimento económico. Com efeito, entre 2000 e 2011, Portugal teve um crescimento quase nulo, em comparação com a média de 1,1% nos países da Zona Euro. Não é portanto o crescimento significativo da despesa pública e da dívida pública que promove o crescimento económico. Pelo contrário, o peso dos juros associado à dívida pública impede que o valor do investimento seja maior, o que permitiria um mais elevado crescimento da economia. Por esta razão, nos últimos 25 anos, os países da EU 28 que menos cresceram, foram os que maior dívida pública apresentaram. Após o período de ajustamento económico, que ocorreu entre 2011 e 2014, a dívida pública pôde finalmente ser reduzida de 130,2% em 2014 para 126% do PIB em 2017. Contudo, mediante o aumento da despesa pública que se verificou desde 2015, o valor da dívida pública passou de 218 mil milhões em Dezembro de 2015, para 223 mil milhões no final de 2017. Deste modo, a redução do rácio dívida pública/PIB, ficou exclusivamente a dever-se ao aumento do PIB. Um elevado valor de despesa pública constitui um travão ao crescimento económico, pois inclui, em muitos casos despesas desnecessárias, que podiam ser antes despendidas no aumento da produção nacional de bens e serviços. Só uma reforma exigente e rigorosa da Administração Pública permitirá uma redução significativa da despesa pública, o que constitui um objectivo que os últimos governos portugueses não têm prosseguido.



ECONOMIA DO PAÍS

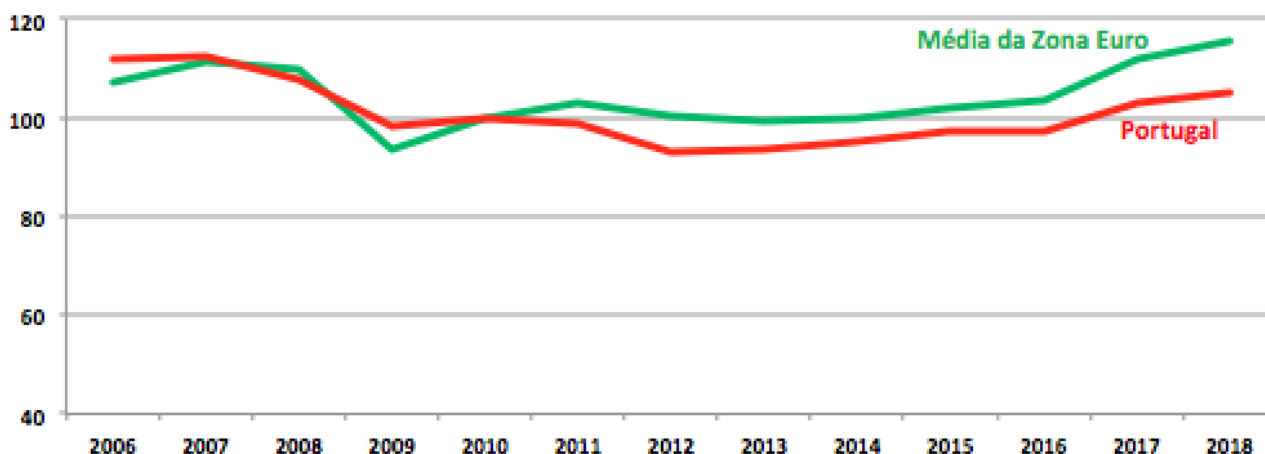
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



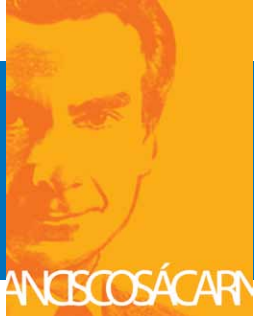
PRODUÇÃO INDUSTRIAL

INDICE 100 = 2010



Fonte: Comissão Europeia, Eurostat

O aumento consistente da produção industrial é essencial para um crescimento económico sustentado, a médio e longo prazo. Para o tornar possível, um país deve dispôr de factores competitivos de produção, nomeadamente na rapidez na aprovação de projectos industriais, de impostos que incentivem a produção, ou de energia barata. A competitividade nestes factores de produção tem deslocado muito investimento empresarial, nomeadamente para a Europa de Leste e para a Ásia. Dentro da União Europeia existem também diferenças importantes entre países, nomeadamente na rapidez na aprovação dos pedidos de investimento, na taxa de IRC, nas taxas de desconto para a segurança social, na qualificação da mão de obra, nas leis do trabalho, como a facilidade de alterar o número de colaboradores, ou no preço da energia, como a electricidade. Em todos estes aspectos Portugal tem dos custos mais elevados da União Europeia, o que explica um menor crescimento da produção industrial desde o final da crise internacional, em 2010, em comparação com os restantes países europeus. Depende contudo apenas dos portugueses efectuarem as reformas necessárias que permitam a redução dos custos atrás referidos. A fiscalização á posteriori dos projectos de investimento, á semelhança do que sucede noutros países europeus, em vez da sua aprovação prévia, será certamente uma medida decisiva. A redução destes custos permitirá o aumento do investimento, da produção industrial, das exportações e consequentemente do nível de vida dos portugueses.



ECONOMIA DO PAÍS

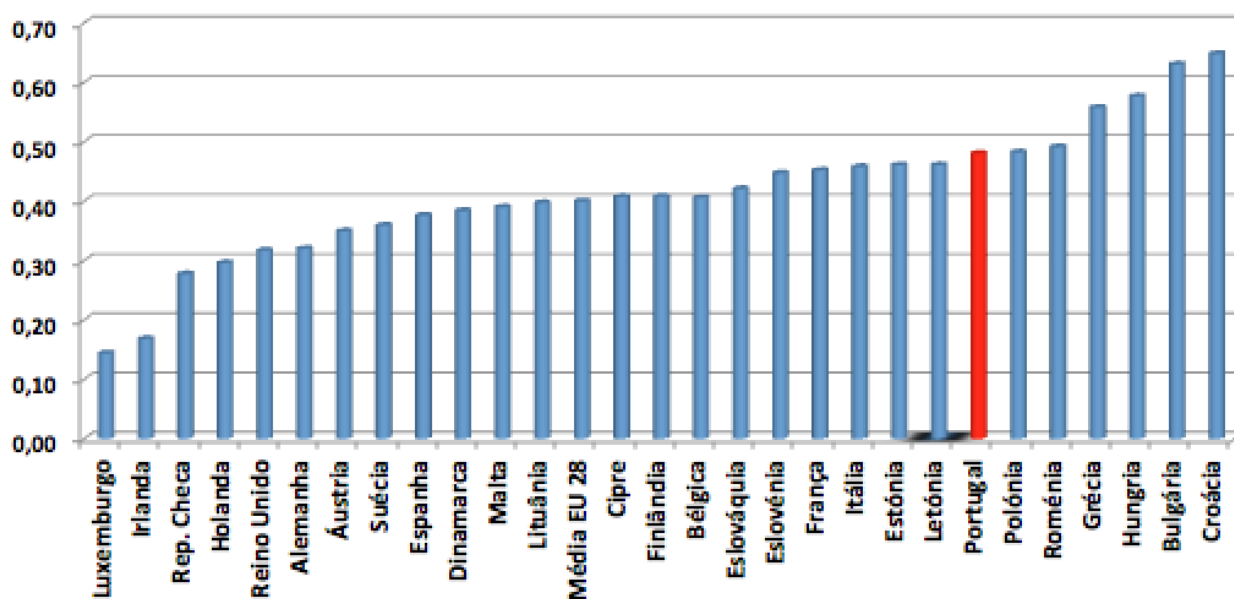
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



CARGA FISCAL COMPARATIVA

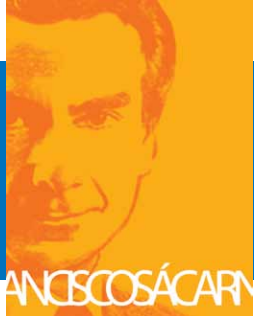
EM % DO PIB PER CAPITA EM PPC



Fonte: Eurostat

A comparação entre países está realizada considerando as paridades de poder de compra, de forma a eliminar o facto dos mesmos bens e serviços serem mais caros ou baratos nos diferentes países. É assim possível verificar que, em face do seu poder de compra, os portugueses são o sétimo povo que mais impostos paga nos 28 países da União Europeia. Concretamente, em Portugal, os impostos directos, impostos indirectos e descontos para a segurança social representam 48% do que os portugueses ganham. Devido a este grande esforço fiscal, a redução do déficit orçamental não poderá ser alcançada através do aumento dos impostos. Existindo em Portugal um déficit orçamental elevado e simultaneamente um excesso de despesas públicas e de receitas fiscais, torna-se evidente que a redução do déficit orçamental deve ser obtida pela redução das despesas públicas. Contudo, nos últimos anos em Portugal, têm aumentado tanto os impostos como as despesas públicas, pelo que a redução do déficit orçamental foi conseguida só pelo crescimento do PIB.

É relevante referir que nos EUA a carga fiscal é cerca de 17%, em comparação com uma média de 40% nos 28 países da União Europeia, o que prova não ser o elevado nível de despesas públicas que promove o crescimento económico, ou um nível de vida mais alto dos cidadãos.



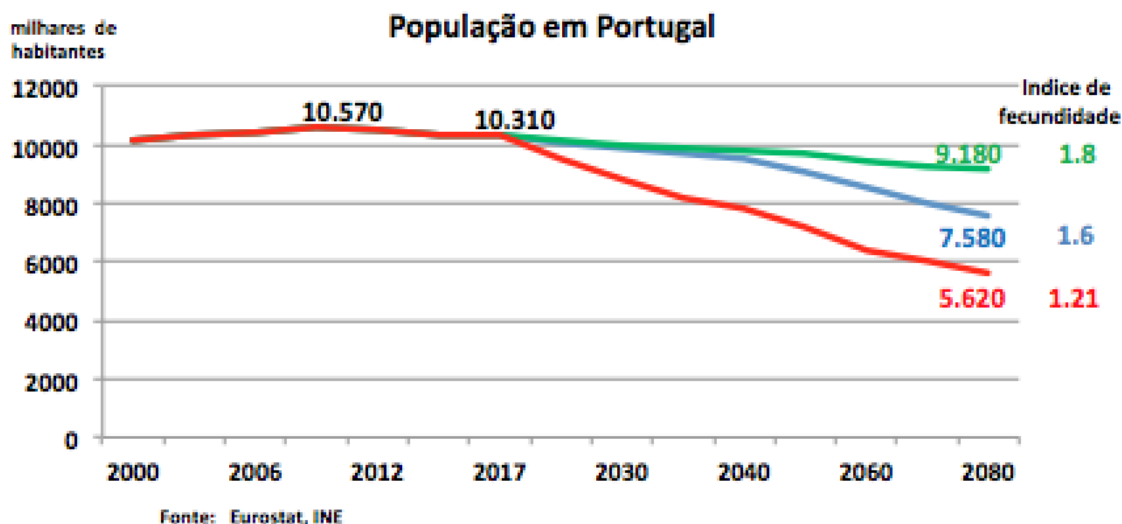
ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

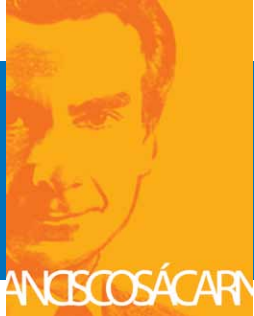


POPULAÇÃO EM PORTUGAL



Desde 1968 que se verificou em Portugal uma redução acentuada do índice de fertilidade que, a partir de 1982, deixou de assegurar a substituição das gerações, pois passou a registar um valor inferior a 2.2. Estamos portanto perante uma situação extremamente grave pois, a manter-se, implicará o desaparecimento do povo lusitano.

É uma situação que terá, desde já, de ser alterada, pois caso contrário continuaria um processo de envelhecimento da população, cada vez com menor capacidade de reprodução. Com a continuação desta situação, em 2080, a percentagem da população com mais de 40 anos seria de 77%. Esta situação pode contudo ser alterada se for adoptada uma política clara de apoio à natalidade, como maiores pensões de reforma ou menores descontos para a segurança social em função do número de filhos, descontos nos estabelecimentos de ensino ou de saúde para filhos a partir do 2º filho, transportes públicos para os pais quando acompanhados por crianças até aos 7 anos, cartão de família numerosa para pais com mais de 2 filhos, etc. Ao contrário do que sucede na Europa, os governos portugueses das últimas décadas, têm esquecido este tema, apesar de estar em causa a sobrevivência do povo português.



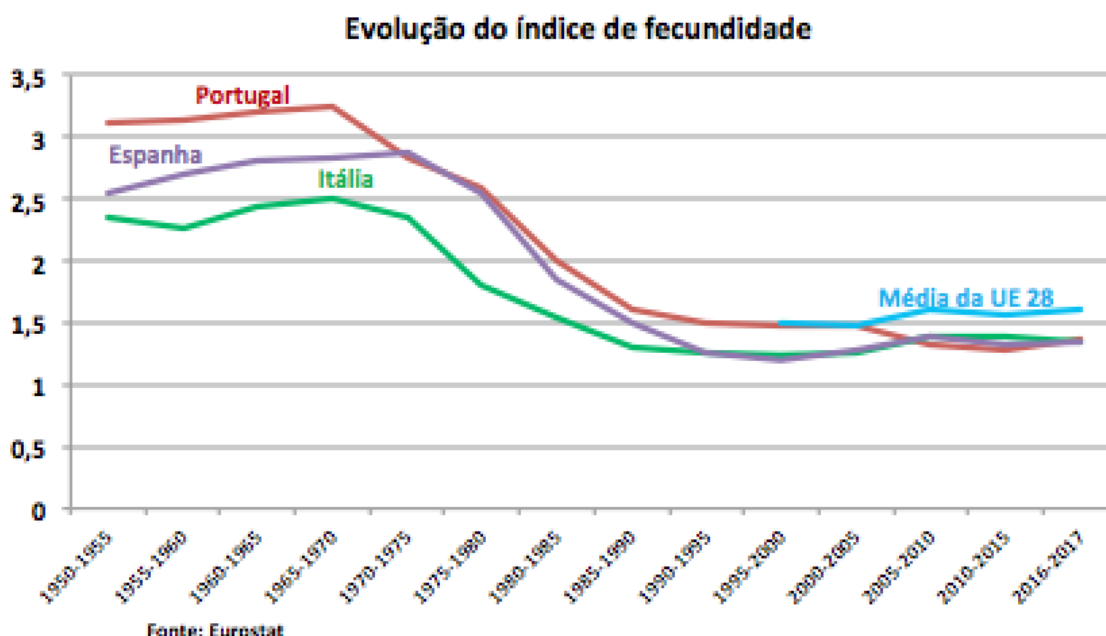
ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

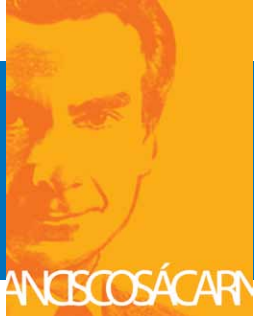
INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE FECUNDIDADE



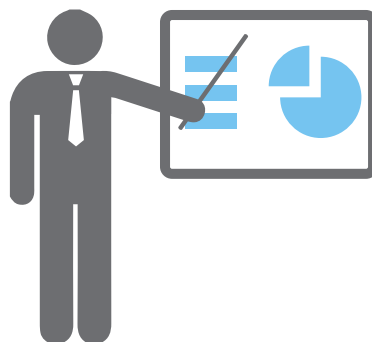
Seguindo uma tendência europeia, o índice de fecundidade em Portugal registou uma descida alarmante a partir de 1968, tendo deixado de assegurar a manutenção da população a partir de 1982. Esta situação agravou-se pois a partir de 2002, o índice de fertilidade passou a ser inferior á média da União Europeia. Em 2013, com uma taxa de apenas 1,2, Portugal registou a mais baixa de fertilidade de toda a União Europeia, que ano registou uma taxa média de 1,55. A natalidade em Portugal atinge assim hoje uma importância central, pois está em causa a sobrevivência do povo português. Não se entende assim o alheamento do actual e anteriores governos a esta situação, tanto mais quando é sabido que medidas de apoio à natalidade no domínio da fiscalidade, na prestação de serviços com preços reduzidos na educação e saúde dos filhos, ou de apoio financeiro, nomeadamente no calculo das pensões de reforma ou nas licenças de maternidade pagas, têm sempre resultado nos países onde são aplicadas.



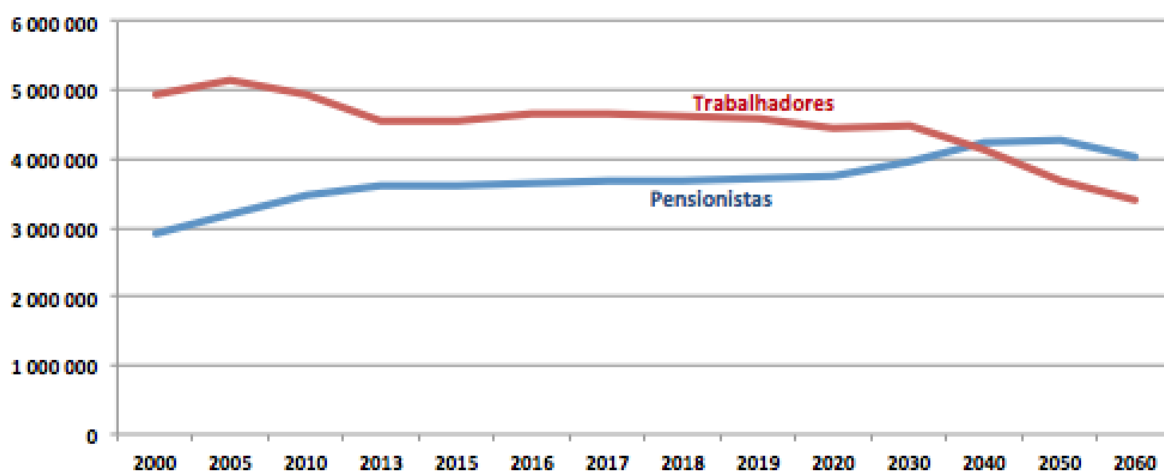
ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

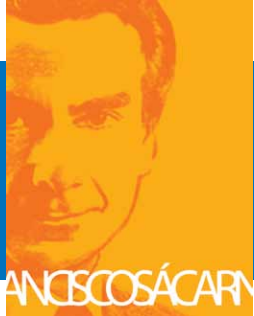


EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PENSIONISTAS E DE TRABALHADORES NO ACTIVO



Fonte: Pordata e Comissão Europeia - Ageing Report 2015

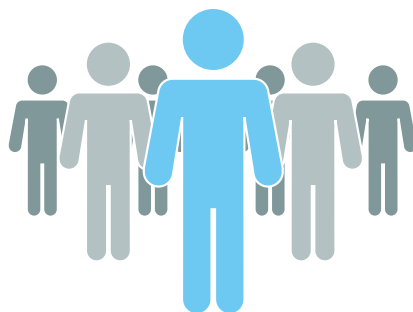
A evolução desfavorável entre o número de pensionistas e o número de trabalhadores no activo, que se agravará até 2060, obrigará à reforma do sistema de pensões, sob pena de um aumento insustentável da dívida pública. Diferentes países, como a Suécia, a Itália ou a Polónia, reformaram já o seu sistema de pensões, passando de um sistema de repartição puro, como é actualmente o sistema português, para um sistema de capitalização virtual, com contas individuais, onde cada trabalhador sabe que quanto mais descontar ao longo da sua carreira, maior será também o valor da sua reforma. Este sistema assegura também, a médio e longo prazo, o equilíbrio financeiro entre o valor das pensões e das quotizações para a segurança social. Não há nenhuma razão para Portugal não efectuar também esta reforma.



INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

ECONOMIA DO PAÍS

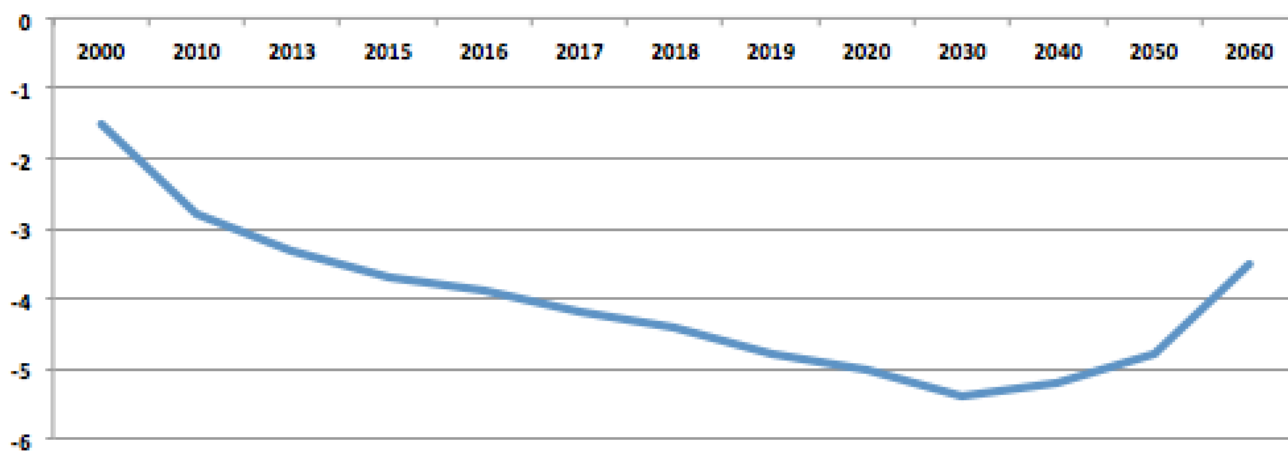
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL



DEFICIT DO SISTEMA DE PENSÕES DE REFORMA

(CONTRIBUIÇÕES PARA SEG. SOCIAL - VALOR DAS PENSÕES PAGAS)

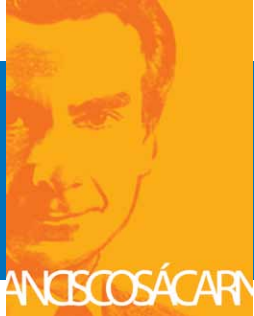
EM % DO PIB



Fonte: Comissão Europeia "Ageing Report 2015"

Esta curva expressa o saldo entre contribuições (receita) e pensões (despesa), em % do PIB. A diferença entre o valor pago com despesas de pensões e o valor dos descontos dos trabalhadores e empresas para a segurança social, tem sido paga com impostos, que em 2015 financiaram 42% do total das pensões pagas. Sem uma reforma do sistema de pensões de reforma, este déficit anual agravar-se-á nos próximos anos, passando de -3,7% em 2015, para -5,4% do PIB em 2030 e manter-se-á para além de 2060. Se não se encontrar um equilíbrio dentro do sistema de pensões, este déficit traduzir-se-á num aumento da carga fiscal, num aumento da dívida pública, ou na redução significativa no valor das pensões.

Torna-se assim urgente proceder a uma reforma profunda do sistema de pensões de reforma, uma vez que as prestações sociais representam actualmente 42% da despesa pública total.



ECONOMIA DO PAÍS

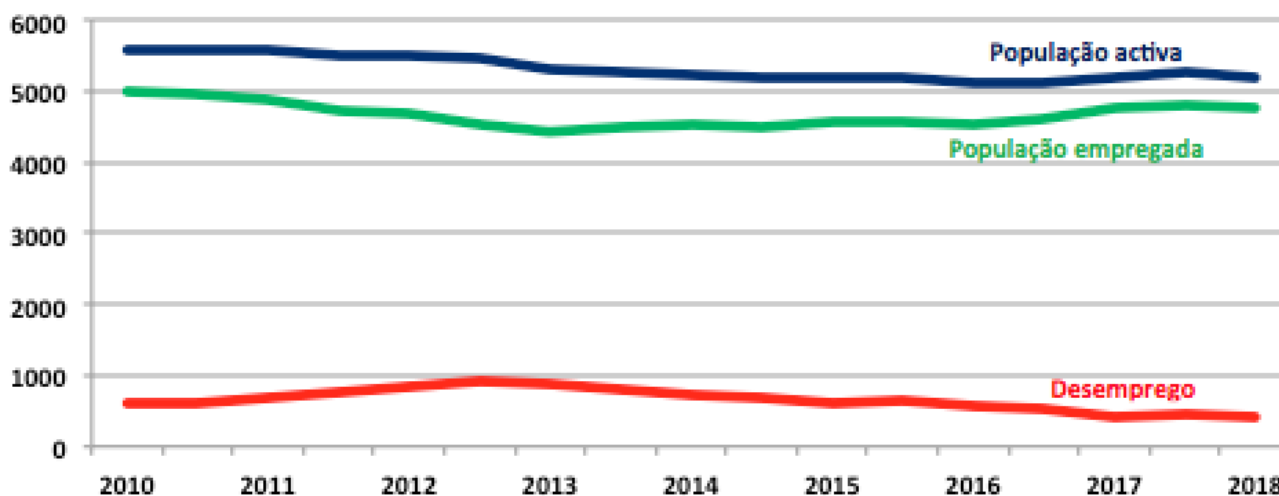
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



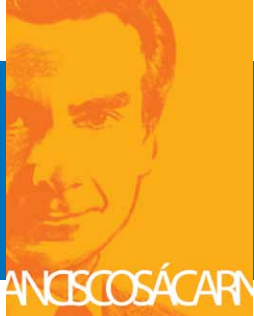
EMPREGO E DESEMPREGO

em milhares
de pessoas



Fonte: INE

O desemprego, actualmente em 8,2%, corresponde à diferença entre a população activa e a população empregada. O aumento do desemprego verificado desde 2007, foi consequência da crise internacional, mas também da diferença de qualificações entre os trabalhadores desempregados e as qualificações profissionais desejadas pelo mercado. Por outro, as leis do trabalho protegem os trabalhadores já empregados, em desfavor dos jovens e dos desempregados. Deste modo 22,1% da população entre os 15 e os 24 anos está actualmente desempregada, em comparação com 7,1% da população acima dos 25 anos. Também 52% dos desempregados têm apenas o ensino básico, estando 57% nessa situação há mais de 12 meses. São assim factores importantes para a redução do desemprego uma formação profissional mais ajustada às necessidades do mercado, não devendo, simultaneamente, as leis laborais dificultar a admissão de mão de obra, nomeadamente com aumentos do salário mínimo superiores ao aumento da produtividade, com limitações na utilização de contratos a prazo, ou na manutenção de convenções colectivas de trabalho que encarecem a utilização da mão de obra. É também prejudicial a actual eliminação do “banco de horas individual”, que se revelou, nos últimos três anos, extremamente útil para trabalhadores e empresas, e contribuiu, sobretudo na indústria e no sector do turismo, para a criação de emprego.



INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

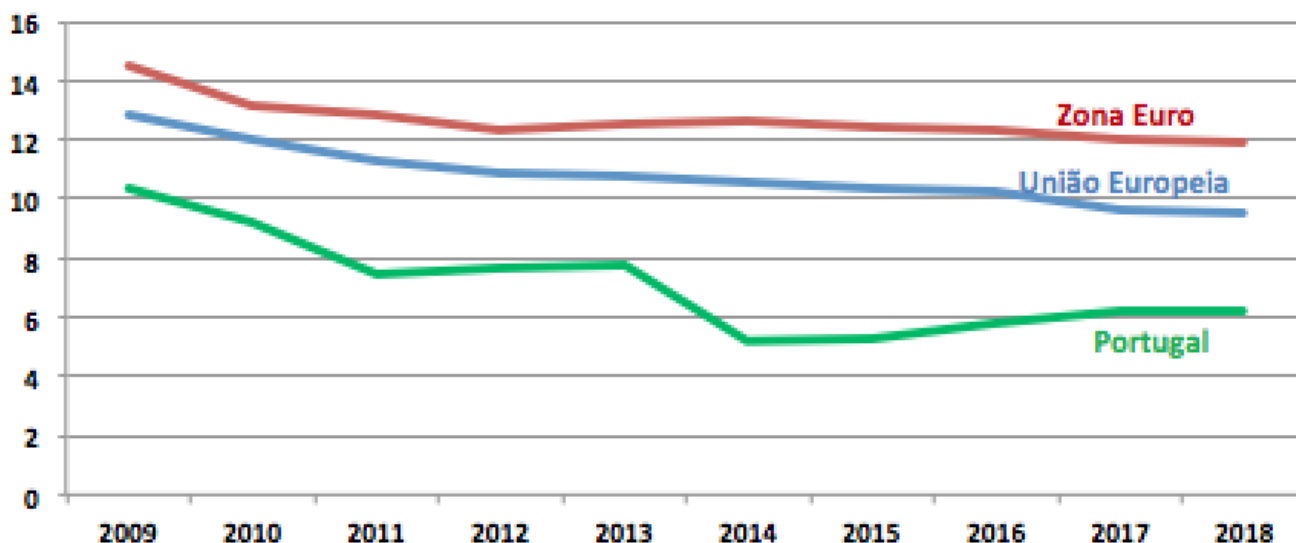
ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL



TAXA DE POUPANÇA DAS FAMÍLIAS

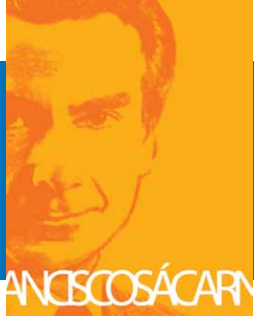
EM % DO RENDIMENTO DISPONÍVEL



Fonte: Comissão Europeia e INF

Desde 2009, onde atingiu 10,4% do Rendimento Disponível, a taxa de poupança das famílias portuguesas tem registado uma tendência clara de redução, que se acentuou a partir de 2013. Esta tendência social é explicada não só por não existir uma política de estímulo da poupança das famílias, mas também por, frequentemente, se adoptarem medidas que penalizam a poupança, como a súbita redução das taxas de juro dos certificados de depósito, em 2006 e 2009, a redução em 2011 do tecto dos benefícios fiscais para os PPR, a introdução em 2017 do imposto sobre os imóveis, ou a ausência de um sistema de pensões de reforma que estimule a poupança. Simultaneamente, o actual Governo tem realçado a importância de se aumentar o consumo, ignorando integralmente o objectivo de se estimular o crescimento da poupança, tanto das empresas, como das famílias, como do próprio Estado.

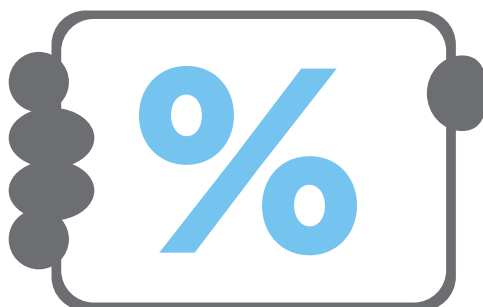
Apesar da poupança das famílias ser uma variável essencial numa economia, ela não é apoiada hoje em Portugal por qualquer política de incentivos fiscais ou financeiros. Por este motivo, a poupança das famílias chegou a registar valores negativos em 2017. É urgente alterar



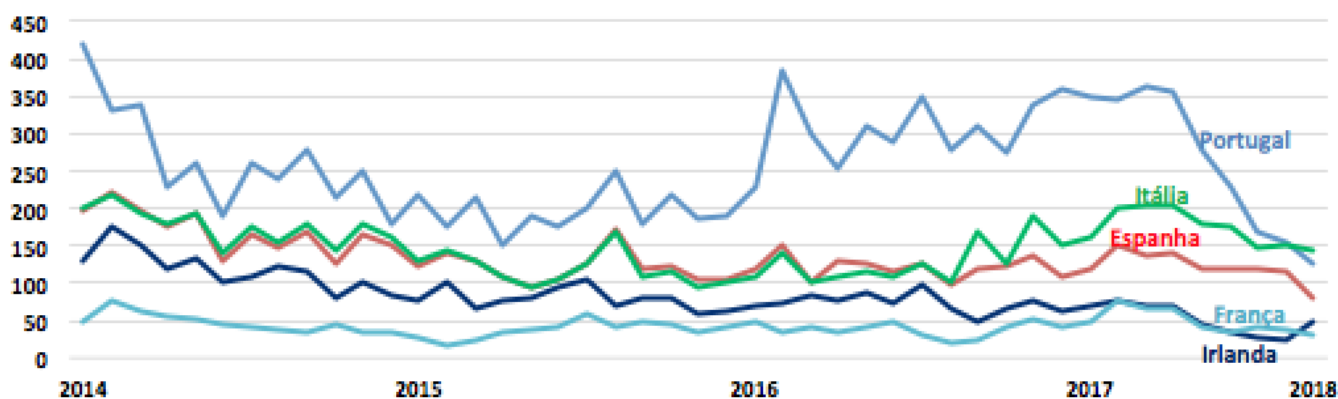
INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL



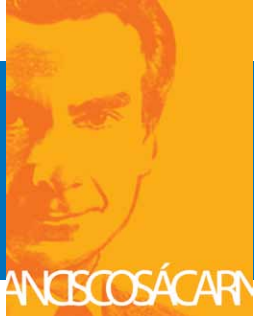
DIFERENCIAIS NAS TAXAS DE JURO A 10 ANOS FACE À ALEMANHA



Fonte: Banco de Portugal

Os diferenciais das taxas de juro das obrigações, dos diferentes estados, a dez anos, reflectem a capacidade que os investidores atribuem a esses países de reembolsarem os seus empréstimos. Mediante a correcção de diversos desequilíbrios existentes na economia portuguesa, nomeadamente nas suas contas externas e públicas, e da aceleração do seu crescimento económico, o risco associado a Portugal diminuiu significativamente desde o 2º semestre de 2011 até ao final de 2015. Desde então, a perda de oito lugares no ranking da competitividade mundial, e uma maior incerteza atribuída a Portugal devido a uma solução política com o apoio da extrema esquerda, são factores que explicam o aumento do risco atribuído a Portugal. A diferente evolução das taxas de juro é visível desde o final de 2015, onde a taxa de juro de Portugal aumentou relativamente aos restantes países. Esta situação alterou-se em 2017, devido a maiores taxas de crescimento da economia portuguesa. É contudo uma situação instável, não só porque desde o 2º semestre de 2017 Portugal está novamente a crescer menos que a média dos países europeus, como também porque a dívida pública portuguesa se mantém em níveis muito elevados.

Elevadas taxas de juro, que neste caso não resultam da conjuntura internacional, mas apenas da percepção com que os investidores analisam a evolução económica portuguesa, dificultam não apenas o investimento, mas também o crescimento económico.



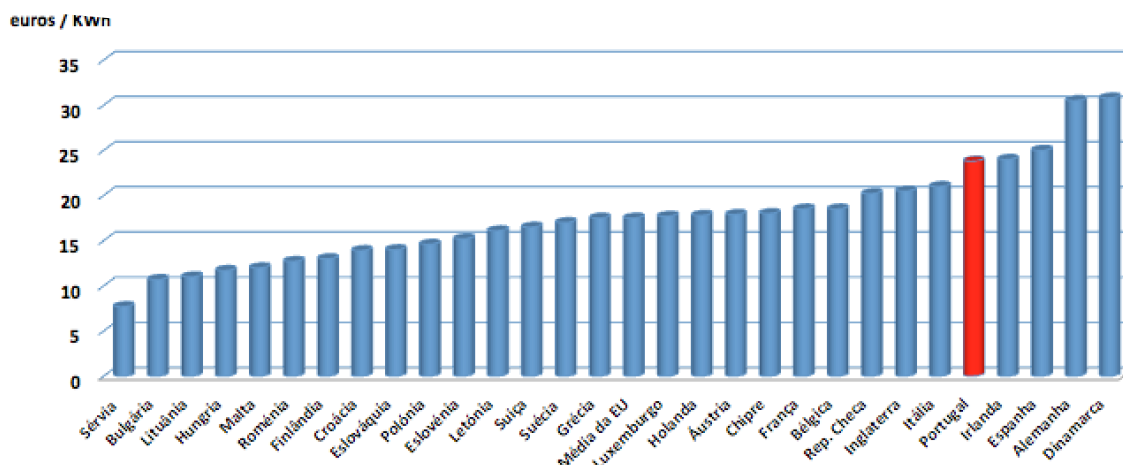
INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL



TARIFAS DE ELECTRICIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E RESIDENTES DOMÉSTICOS



Fonte: HEPI, MEKH, VaasaETT Ltd

As rendas excessivas existentes nas produções eólicas (PREs) ou nos contratos CMECs da EDP, que têm, por regra, rentabilidades anuais de 15%, têm sido repercutidas nas facturas de electricidade dos consumidores domésticos e das empresas portuguesas. Esta circunstância tem afastado de Portugal um valor significativo de investimento nos sectores utilizadores de electricidade, como são o sector do vidro, do alumínio e siderurgia, do cimento, da cerâmica, ou da madeira, onde os custos de electricidade representam mais de 20% dos custos totais. Tem também retirado competitividade às empresas exportadoras portuguesas, ao terem de incorporar custos que não existem nos restantes países, como se vê no gráfico acima apresentado.

Estes contratos têm assim impedido a criação de um significativo número de postos de trabalho na economia portuguesa, a par de prejudicar a produção nacional. A solução está em assegurar, o mais rapidamente possível, que as rendas excessivas, em todas as produções de electricidade, são eliminadas (de acordo com o compromisso assumido pelo Governo em Dezembro de 2011, aquando da 2ª revisão do Programa de Ajustamento), garantindo que toda a produção de electricidade passa a ir a mercado. Com o fim destes contratos será possível regressar a uma situação normal de funcionamento do mercado e poder-se-à iniciar a redução do valor do défice tarifário, que não foi ainda repercutido nas facturas de electricidade e que atinge actualmente um valor de 5,5 mil milhões de euros. O caso actual do CMEC associado à Central de Sines é paradigmático, pois com o fim deste contrato e com a sua passagem ao regime de produção normal, o Estado deve receber a justa contrapartida, como por exemplo um pagamento anual por parte da EDP.